

## A inclusão digital passa pela ampliação da cidadania

FSILVEIRA, Sérgio Amadeu da; CASSINO, João (orgs). **Software livre e inclusão digital**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

**Marcelo Coutinho  
Lima**

*Doutor em Sociologia pela FFLCH/USP  
Docente da Faculdade Cásper Líbero  
Marcelo.Coutinho@ibope.com.br*

*"The essence of technology is by no means anything technological"-  
Heidegger*

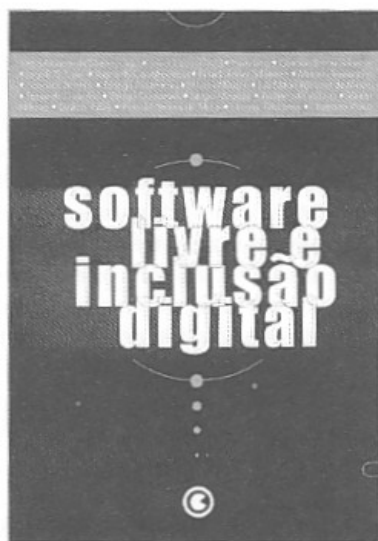
Composto por dezoito ensaios de autores com as mais variadas experiências nos setores da tecnologia de informação, educação e administração pública, **"Software Livre e Inclusão Digital"** é uma bela coletânea de reflexões teóricas e práticas sobre a questão da distribuição desigual das novas tecnologias de informação e comunicação entre diversos países do mundo em geral e entre a população brasileira em particular.

Como destaca Sérgio Amadeu da Silveira, um dos coordenadores do livro, a inclusão digital vai além do simples acesso às novas tecnologias – na sua forma mais simples, o computador e a Internet — e deve ser entendida como uma luta para per-

mitir às comunidades e grupos socialmente excluídos uma apropriação de recursos capazes de fazer frente ao modelo de globalização baseado em grandes grupos transnacionais, na sua maioria de origem norte-americana<sup>1</sup>.

Para os autores, é necessário entender que a inclusão digital passa pela ampliação da cidadania, da inserção das camadas menos privilegiadas no mercado de trabalho da era da informação e de uma

<sup>1</sup> Em nosso país, segundo dados do IBOPE//NetRatings, apenas 7,9% dos habitantes possuem acesso à Internet no domicílio, e mesmo considerando-se múltiplas possibilidades de locais de uso da rede (trabalho, casa de amigos e parentes, escolas, etc), o número de usuários totais – que necessariamente não acessam todo dia – não passa de 15%, concentrados majoritariamente nas classes A/B.



formação sócio-cultural e educacional capaz de levar o indivíduo a fazer frente ao “dilévio informacional” dos tempos modernos. Particularmente esclarecedor neste aspecto são os sete ensaios sobre os impactos urbanos e as experiências e tentativas de implantação de telecentros ou comunidades virtuais em diversos países, inclusive os mais desenvolvidos, como o Canadá, a França e Espanha.

As diversas narrativas mostram que um dos pontos centrais no combate à exclusão digital é a questão da produção dos conteúdos e ferramentas adequadas ao contexto de cada comunidade. Para tanto, não basta a simples ampliação do mercado, como querem alguns dos defensores da visão mais “mecanicista” da sociedade da informação. Pelo contrário, as evidências da literatura internacional apontam para o fato de que o abismo entre os “information-rich” e “information-poor” está aumentando, e não diminuindo, como uma análise puramente quantitativa poderia sugerir.

Particularmente importante neste aspecto é a questão da utilização de softwares que estejam livres dos mecanismos de copyright e proteção intelectual – “a batalha política mais importante que está sendo travada hoje nos campos tecnológicos, econômicos, culturais e sociais”, segundo o antropólogo Hermano Viana, autor do prefácio da obra. O tema é relevante não apenas pelas suas dimensões econômicas – fato sempre analisado e discutido no dia-a-dia da imprensa especializada – mas também pela sua importância estratégica, uma vez que a utilização de tecnologias proprietárias não somente dificulta a inclusão digital como também torna o país dependente de conceitos e tecnologias que nem sempre atendem ao melhor interesse naci-

onal. É certo que o tema é complexo e alguns ensaios esbarram em uma verborragia excessiva – por exemplo, ao chamar de “incestuosas” as relações entre o Ministério da Educação e a Microsoft durante o governo FHC – mas no geral as argumentações são pertinentes: as políticas públicas de inclusão digital não podem ficar a mercê dos interesses privados, que enxergam nas tecnologias de informação meramente um fator de competitividade (e lucros), mas também não podem ignorá-los. Uma política eficiente passa pela articulação entre os interesses do Estado, da sociedade (ONGs), das comunidades e do próprio mercado.

E é o mercado que já aponta para uma solução viável do ponto de vista econômico: o uso de softwares livres, baseados no sistema operacional Linux, desenvolvido e aperfeiçoado por uma comunidade de programadores espalhados ao redor do mundo. É importante destacar que “livre” não significa “grátis”, conforme lembra o deputado Walter Pinheiro no ensaio que abre a parte final do livro (“Filosofia de Luta”). Milhares de empresas já desenvolvem aplicativos baseados no Linux, cobrando por isso um preço, mas sem utilizar seus direitos de maneira a impedir o aperfeiçoamento e a adaptação destes mesmos programas às realidades locais.

O “determinismo tecnológico”, a idéia de que as inovações tecnológicas são as forças determinantes da estrutura social sempre foi um dos grandes mitos dos “profetas” da Sociedade da Informação. *Software Livre e Inclusão Digital* mostra que os avanços tecnológicos não são forças incontroláveis, mas podem (e devem) ser frutos de opções políticas e sociais mais amplas.